

# PROFISSÕES

## Guia de Caracterização Profissional



Página Inicial

---

## S O L I C I T A D O R

---

### ***Natureza do trabalho***

Os solicitadores são um misto de advogados, procuradores e consultores jurídicos, consistindo as suas principais funções em aconselhar, assessorar, representar e defender os seus constituintes, entre eles pessoas particulares, empresas ou organismos públicos. Os serviços que prestam são de natureza *judicial*, pois fazem defesa jurídica junto dos tribunais, e *extrajudicial*, pois acompanham e representam os interesses dos seus clientes junto de tribunais, administração fiscal, cartórios notariais, conservatórias dos registos predial, comercial, civil e automóvel, autarquias locais e demais órgãos e repartições públicas.

Na qualidade de *procuradores* (ou *mandatários*), os solicitadores representam os seus clientes nos mais diversos tipos de negócios jurídicos, preparando documentação com vista a garantir a segurança desses negócios. Por exemplo, caso um cliente deseje vender ou comprar um bem imóvel, cabe ao solicitador tratar, em seu nome, da documentação necessária para a realização do negócio: fazem verificações junto de repartições de finanças, conservatórias do registo predial e câmaras municipais, liquidam os impostos devidos, elaboram escrituras e contratos de promessa de compra e venda, registam-nos em notários, requerem isenção predial, etc. Estes profissionais tratam igualmente da documentação necessária à efectivação de partilhas extrajudiciais (sem intervenção dos tribunais), processos de liquidação de imposto sucessório, hipotecas a particulares e a instituições bancárias, registos prediais, doações e processos disciplinares de trabalho, entre outros negócios jurídicos.

Enquanto *consultores*, os solicitadores aconselham os seus clientes sobre como devem proceder correctamente perante a lei. Por exemplo, dão conselhos relacionados com a actividade empresarial, designadamente no que se refere à constituição de sociedades, deliberações sociais, cedência e divisão de quotas sociais, contratos, liquidação de sociedades, exposições, minutas, etc. Aconselham ainda sobre obrigações fiscais e respectivo cumprimento, prestando igualmente assistência em questões de propriedade horizontal, administração de bens imóveis e

inquilinato. Tanto como *procuradores* como *consultores* têm, assim, uma missão profilática, pois o acompanharem dos negócios jurídicos e forenses dos seus constituintes previne situações que, caso não sejam devidamente acauteladas, podem dar origem a processos contenciosos.

Na vertente de *advocacia*, compete-lhes representar e defender os seus clientes junto dos tribunais, ou seja, exercer o mandato judicial. No entanto, os solicitadores não são advogados (isto é, licenciados em Direito inscritos na Ordem dos Advogados), estando a sua acção neste contexto limitada legalmente. Segundo a legislação em vigor, existem casos em que o solicitador pode intervir junto dos tribunais juntamente com um advogado, e outros em que o pode fazer como mandatário único do seu constituinte, sem que a intervenção de um advogado seja necessária. No primeiro tipo de casos, a acção do solicitador pode aliviar o advogado de tarefas morosas e que implicam deslocações (obtenção de certidões, cópias de documentos, pagamentos, notificações, etc.). O segundo tipo de casos refere-se a processos relacionados, por exemplo, com inventários, divórcios por mútuo acordo e falências, bem como outros que se encontram dentro da chamada "alçada dos tribunais", isto é, causas cujo valor pecuniário não ultrapassa determinada importância e em que o juiz decide sem haver hipótese de recurso. A diferença significativa entre a profissão de solicitador e a de advogado reside no facto de que, embora os solicitadores possam exercer o mandato judicial dentro de certos limites, as suas principais actividades consistem em aconselhar, assessorar e representar os cidadãos.

Mais recentemente, foi legalmente criada a figura do agente de execução, profissional a quem cabe efectuar todas as diligências do processo de execução, incluindo citações, notificações e publicações, sendo que nas execuções por custas o agente de execução se equipara a um oficial de justiça. As funções do agente de execução são primordialmente exercidas hoje em dia pelo *solicitador de execução* - trata-se de uma nova especialização que tem tido uma grande adesão por parte dos solicitadores e que se encontra em franca expansão, tendo permitido a estes profissionais um reforço dos seus conhecimentos na área do Direito, bem como uma maior proximidade com magistrados, tribunais, oficiais de justiça e toda a prática do foro judicial.

As actividades centrais da solicitadoria são desenvolvidas, na maioria dos casos, isoladamente, sendo raro estes profissionais trabalharem em equipa. No entanto, são, por tradição, os colaboradores preferenciais dos advogados, e os poucos solicitadores que exercem a sua actividade por conta de outrem em empresas tendem a trabalhar regularmente com outros técnicos. As funções destes profissionais exigem que tenham boa capacidade de comunicação: devem exprimir-se com facilidade e fluentemente e escrever de uma forma clara e sucinta. A capacidade de raciocinar e assimilar factos rapidamente, de avaliar situações, de distinguir os aspectos relevantes

dos irrelevantes e de lidar com números são igualmente importantes. Sendo profissionais predominantemente independentes, é aconselhável que os solicitadores possuam boa capacidade de gestão, auto-disciplina e motivação.

---

### ***Emprego***

Os solicitadores são, por norma, trabalhadores liberais, exercendo a actividade por sua conta e risco. Enquanto alguns têm escritório próprio, trabalhando individualmente, outros desenvolvem a sua actividade em sociedades formadas com colegas de profissão. Contudo, estes profissionais trabalham também por conta de outrem em empresas: não havendo entidades empregadoras predominantes, é possível encontrar solicitadores a trabalhar em bancos, companhias de seguros ou empresas imobiliárias. Em qualquer dos casos, o exercício da profissão de solicitador é apenas permitido aos profissionais que estejam inscritos na Câmara dos Solicitadores, associação que representa todos os que exercem esta profissão no país (v. <http://www.solicitador.net>).

À semelhança de outras profissões liberais, o início de carreira, ou seja, a instalação inicial do negócio, pode apresentar grandes dificuldades. Apesar de ser possível começar por trabalhar no próprio domicílio, quem deseje ter um escritório seu necessita de fazer um investimento inicial considerável: compra ou aluguer do espaço, instalação de telefone, *fax* e *internet*, aquisição de material de escritório e informático, etc. Além disso, a constituição de clientela é um processo normalmente lento, evoluindo à medida que o profissional se afirma no mercado e os clientes divulgam os seus préstimos.

O mercado de trabalho destes profissionais apresenta-se, actualmente, equilibrado. Verifica-se a tendência para os solicitadores desenvolverem cada vez mais a sua actividade na área judicial, dado o surgimento recente da figura do solicitador de execução. Estes profissionais são igualmente procurados para a prestação de serviços na área extrajudicial, com destaque para os serviços relacionados com registos e notariado.

Contudo, o número de solicitadores tem vindo a crescer de forma acentuada nos últimos anos, pelo que poderão agora começar a surgir dificuldades para quem inicie uma carreira na área da solicitação. Tendo em conta o tipo de serviços que prestam, a procura destes profissionais é naturalmente maior nas regiões do país com maior desenvolvimento urbano e industrial. Assim sendo, é sobretudo no litoral e nos centros urbanos que a maioria destes profissionais se concentra.

---

### ***Formação e Evolução na Carreira***

Quem deseje ser solicitador necessita de frequentar um estágio da responsabilidade da Câmara dos Solicitadores que visa proporcionar a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício da profissão. Os requisitos actualmente em vigor exigem que os candidatos ao estágio tenham cidadania portuguesa ou da União Europeia e, no mínimo, uma licenciatura em *área jurídica* ou um bacharelato em *Solicitadoria*. Actualmente, a realização do bacharelato está disponível em vários estabelecimentos de ensino superior (v. <http://www.acessoensinosuperior.pt>). O Estatuto dos Solicitadores estipula que o estágio se inicie uma vez por ano e que a sua duração seja de 18 meses (cf. <http://www.solicitador.net>).

De acordo com o estatuto referido, o estágio divide-se em dois períodos distintos: o primeiro tem a duração mínima de 6 meses e o segundo a duração máxima de 12 meses. O primeiro período de estágio destina-se ao aprofundamento técnico dos estudos ministrados e ao relacionamento com as matérias directamente relacionadas com a prática da solicitadoria. O segundo período proporciona a vivência da solicitadoria através do contacto pessoal com o normal funcionamento de um escritório de solicitador, dos tribunais e de outras repartições ou serviços relacionados com a administração da justiça e com o exercício efectivo dos conhecimentos previamente adquiridos (cf. <http://www.solicitador.net>).

Uma vez terminado o período de formação, os estagiários inscrevem-se na Câmara dos Solicitadores com vista à obtenção da cédula profissional, sem a qual não podem exercer a profissão. Sendo a solicitadoria uma profissão maioritariamente liberal, a evolução profissional dos solicitadores é sobretudo visível no número de clientes e nos honorários cobrados. Ao longo da carreira é fundamental que estes profissionais tenham a preocupação constante de actualizarem os seus conhecimentos, nomeadamente os jurídicos, dado que as normas legais são constantemente criadas, alteradas e revogadas.

A especialização em *solicitadoria de execução* obedece a requisitos prévios de inscrição, como sejam a aprovação no Curso de Especialização de Solicitador de Execução (ministrado pela Câmara dos Solicitadores), a experiência mínima de três anos de exercício da profissão de solicitador nos últimos cinco anos e ainda o cumprimento das condições funcionais de um escritório de solicitador de execução.

---

### **Condições de Trabalho**

Os solicitadores não têm, em regra, um horário fixo a cumprir, pois as suas horas de trabalho são sobretudo determinadas pelo número de clientes e pela

complexidade dos assuntos ou processos que têm de tratar. A maior parte do seu tempo é passada no escritório, mas são frequentes as deslocações aos clientes e às repartições oficiais (tribunais, repartições de finanças, conservatórias do registo civil, predial, comercial, etc.). Os solicitadores que já contam com alguns anos de carreira ou que possuem maior capacidade financeira tendem, contudo, a empregar pessoas para tratar das tarefas mais morosas e menos especializadas inerentes à sua profissão, designadamente as deslocações aos serviços públicos.

---

### ***Perspectivas***

As perspectivas relativas ao mercado de trabalho, de uma forma geral, são boas, na medida em que existe procura destes profissionais, sendo os seus serviços úteis para muitas instituições e pessoas. O aumento constante do número de solicitadores indicia, todavia, que o seu sucesso enquanto trabalhadores liberais dependerá cada vez mais do seu profissionalismo e empenho, bem como da sua capacidade de trabalho e da qualidade dos seus serviços. Esse mesmo aumento poderá levar, também, ao agravamento das dificuldades inerentes ao início de carreira, principalmente no que se refere à angariação de clientes. No entanto, a especialização como *solicitador de execução* é, sem dúvida, uma opção aliciante no mercado de trabalho para os solicitadores que estão em início de carreira.

O esforço de modernização administrativa levado a cabo por alguns serviços públicos, aliado à generalização das aplicações informáticas, levará, por seu lado, a que algumas tarefas desempenhadas por estes profissionais venham a ser realizadas de uma forma mais fácil, rápida e eficiente: prevê-se, por exemplo, que a obtenção de documentos junto das repartições oficiais, bem como o despacho de processos, sejam cada vez mais simples.

---

### ***Contactos para Informações Adicionais***

Existem várias entidades que podem fornecer informações adicionais sobre esta profissão, nomeadamente:

\* **Câmara dos Solicitadores**, R. D. Estefânia, 17, 3.º Dto., 1169-174 Lisboa, Tlf. 213 172 063, Fax 213 534 870, C. Electrónico: [c.geral@solicitador.net](mailto:c.geral@solicitador.net), Página na Internet: <http://www.solicitador.net>.

